

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: Apesar de haver garimpos ilegais na Renca, há pouca área desmatada](#)..... 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Povos da floresta.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Apesar de haver garimpos ilegais na Renca, há pouca área desmatada.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: O forte ajuste da Petros para zerar seu déficit.....	8
Título: Emissão de títulos rende US\$2 bi à Petrobrás.....	9
Título: Aneel determina que Eletrobrás devolva R\$ 3 bi a fundo	10
Título: Após redução de dívida, Vale faz planos de expansão	11
Título: Caramuru aposta em usina de etanol de soja	12
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Royalties dividem municípios produtores	14
Título: Privatizar requer cuidado com competição.....	16
Título: Curtas	20
Título: Governo federal vai insistir na abertura da Renca	20
Título: Vale admite disputar sozinha as usinas da Cemig	22

Título: Elétrica tenta invalidar decisão do TCU sobre leilão.....	23
Título: Eletrobras sofre mais uma derrota na Aneel	25
Título: Destaques	26
Título: Petrobras capta mais US\$ 2 bi em bônus	26

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Povos da floresta

Aliás, ao defender o projeto #342Amazonia, ligado a um grupo de artistas, entre eles Caetano Veloso, a cantora Alicia Keys provocou um certo ciúme na organização do Rock in Rio. Afinal, o festival tem seu próprio projeto em defesa da floresta: Believe Earth Amazônia Live, lançado por Gisele Bündchen.

Portugueses na Light

Os italianos da Ampla são fortes candidatos a comprar a Light, até porque as duas estão no Rio. Mas os portugueses da EDP também manifestaram interesse no negócio. Deu no 'New York Times' Marina Silva assinou artigo no "New York Times" defendendo a Lava-Jato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ambiente

Autor: FABIANO MAISONNAVE LALO DE ALMEIDA ENVIADOS ESPECIAIS À RENCA (AP/PA)

Título: Apesar de haver garimpos ilegais na Renca, há pouca área desmatada

A floresta protegia os garimpeiros do forte sol amazônico, enquanto um deles, José Antonio dos Santos, cavava no fundo de um poço de 13 metros. Já são 11 meses perfurando o solo da Floresta Estadual (Flota) do Paru (PA) em busca de ouro, mas até agora os quatro companheiros de trabalho não acharam um grama sequer do metal.

Aos 72 anos, Santos é um dos cerca de 2.000 garimpeiros clandestinos que atuam dentro de uma região montanhosa a leste da Flota –o principal potencial

minerário dentro da Renca (Reserva Nacional de Cobre e Associados), segundo o Serviço Geológico Brasileiro.

A extinção da reserva pelo governo Michel Temer, em agosto, permitindo a exploração mineral, pegou os garimpeiros de surpresa. Acostumados a viver sem a presença do Estado, eles agora temem ser despejados por grandes mineradoras. Nenhum acredita que a medida tenha sido adotada a fim de legalizá-los.

Limitado a até poucos metros da superfície por causa das técnicas rudimentares, o garimpo na região está em decadência –ou "blefado", na gíria local. Mas as informações geológicas disponíveis apontam a existência de possíveis depósitos de ouro e outros metais, como o cobre, em profundidades desconhecidas.

"Com certeza, o ouro de aluvião [leitos e barrancos de cursos d'água] é muito pouco", diz Santos, que fareja o metal dourado na região desde 1974.

A aposta do grupo de Santos foi cavar, em modalidade conhecida como garimpo de poço. Para encontrar o ouro, eles caminham pela floresta com duas varetas de cobre. Caso elas se cruzem, é indício de que há um veio enterrado.

O grupo é liderado por Adonias Mercês, 62, que comprou informalmente a área de outro garimpeiro. Já foram três poços até agora. Na tentativa anterior, cavaram 13 metros de profundidade e mais 18 metros de túnel, sem sucesso.

"Por que o governo não dá uma Renca pra um miserável desses?", vociferou o garimpeiro Boca de Burro (ele não quis dar o nome), 55, enquanto Santos pedia pra ser içado do poço escuro e com pouco oxigênio.

Sobrevivente de um câncer, Mercês voltou ao garimpo desrespeitando ordens médicas. Quer ganhar dinheiro para pagar a faculdade de um dos filhos. Caso encontrem ouro, fica com 70%, e os demais, 30%. Por outro lado, é ele quem banca equipamentos e alimentação.

No dia a dia, não há diferença entre eles. Moram em dois barracos de lona –um para dormir, outro é a cozinha. Ao contrário dos garimpos mais antigos, é uma moradia improvisada, já que não sabem se encontrarão ouro no local.

OURO ESCASSO

A avaliação de que o ouro está "fracassando" é compartilhada nos demais quatro garimpos visitados ao longo de três dias pela reportagem da Folha –a primeira equipe de jornalismo a visitar o local.

A decadência do vale do rio Jari, iniciada nos anos 2000, levou muitos a se arriscar em outras regiões, principalmente na vizinha Guiana Francesa, mas também no Suriname e em outras partes da Amazônia brasileira.

A maioria dos que ficaram, quase todos acima de 50 anos, transformou o garimpo em sítios, com plantações e criações de galinhas e porcos.

A produção local de alimentos alivia os gastos com transporte –na ausência de estradas e diante da dificuldade imposta pelos rios encachoeirados que cercam a Floresta do Paru, quase tudo chega ali de avião, vindo de Laranjal do Jari (AP), a principal cidade do entorno da Renca, num voo de 35 minutos.

Segundo pilotos da região, há 14 pistas ativas e outras 20 sendo engolidas pelo mato, mais um sintoma da produção em queda. A maioria foi aberta há mais de 20 anos.

A viagem até o local por barco pode levar até oito dias no período seco, além de exigir caminhadas de várias horas pela floresta. Nas cachoeiras, é preciso descarregar e recarregar os barcos. Uma dessas cachoeiras localiza-se na Estação Ecológica (Esec) do Jari, unidade de conservação federal. O transbordo é monopolizado por dois donos de garimpo da região.

No local, a reportagem constatou que um deles, Ney Sarraf, mantém um funcionário permanente no local. Ele cobra R\$ 300 para o transporte de um lado a outro da cachoeira Itacarará em um trator velho –um percurso de 1 km.

No final de 2014, Sarraf e Nereu Einecke, o Catarino, foram notificados para deixar o local em 60 dias, mas não cumpriram a determinação. Desde então, não houve nenhuma ação do Estado para tirá-los da Esec, que fica entre os Estados do Pará e Amapá.

À reportagem, Sarraf afirmou que mantém o trator ali desde antes da criação da Esec, em 1983, e que usa o porto para extrair a castanha e prestar serviço a extrativistas da região. Ele disse que está negociando a sua permanência com os órgãos ambientais.

Para gerir essa unidade, também dentro da Renca, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) conta com apenas dois funcionários.

Os três últimos gestores tiveram de deixar a região após ameaças –duas vindas de garimpeiros e a outra de um PM do Amapá flagrado pescando em local proibido.

CASTANHA E MERCÚRIO

Neste ano, os garimpeiros também passaram a dedicar parte do tempo à extração de castanha, que se tornou viável graças ao preço recorde. A produção sai em aviões monomotores que antes voltavam vazios após trazer mercadorias e equipamentos.

Para chegar às pistas, é preciso enveredar por trilhas na floresta montanhosa. A locomoção ocorre sobretudo a pé, mas há algumas mulas trazidas nos aviões após serem amarradas e sedadas.

As poucas áreas desmatadas são o resultado principalmente do garimpo de barranco, em que potentes jatos d'água rasgam a floresta. Alguns buracos mais antigos são engolidos pela mata e, com o tempo, se tornam locais de pesca.

Maior área protegida do país, a Floresta do Paru tem 36.000 km² (pouco maior do que a da Holanda), dos quais apenas 0,2% foi desmatado, segundo o Sistema de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Um das razões para a preservação do local é a ausência de PCs (escavadeiras), comuns em garimpos de acesso mais fácil, como os da bacia do rio Tapajós, no oeste paraense.

"É razoável pensar que, em termos de perda de cobertura florestal, apenas de 2008 (quando chegaram essas máquinas) até hoje, houve um impacto maior do que o acumulado de 1958 (quando foram descobertos os garimpos no Tapajós) a 2008", afirma o cientista social Mauricio Torres, autor de diversos estudos sobre a região.

Por outro lado, Torres, radicado em Santarém (PA), critica a demonização do garimpeiro. "Um senso comum vende o garimpo como crime e a mineração como progresso e desenvolvimento. Não raro, ONGs ambientalistas embarcam nesse discurso. Entretanto o passivo acumulado do garimpo na região do Tapajós parece pequeno se comparado a catástrofes como a da Samarco, em Mariana."

Os garimpeiros admitem que usam mercúrio para a separação do ouro, mas afirmam que a contaminação diminuiu nos últimos anos, com a introdução do cadinho.

O aparato, parecido com uma pequena panela, permite a recuperação da maior parte do mercúrio, que tem um alto custo – 1 kg do metal custa ao menos R\$ 1.500.

Estudo publicado neste ano sobre a contaminação nos peixes da região mostrou que as três espécies analisadas no rio Jari, o maior da região, continham mercúrio, embora apenas uma (cachorra) tenha apresentado níveis acima do permitido pela Organização Mundial da Saúde.

Primeiro levantamento feito sobre o tema na Renca, a pesquisa, coordenada pela ONG WWF, ressalva que a metodologia usada não identifica a origem do mercúrio, que pode ser tanto resultado de atividade humana quanto de ocorrência natural.

Sob duras críticas de ambientalistas e contestado na Justiça, Temer acabou congelando o decreto da extinção da Renca por 120 dias, período em que o **Ministério das Minas e Energia** promete promover um "amplo debate".

Por ser uma unidade de uso sustentável, a Floresta do Paru pode ser passível de mineração com o eventual fim da Renca – depende de um novo plano de gestão e de licenciamento ambiental, procedimentos técnico-administrativos. Atualmente, estão permitidos apenas manejo florestal e extrativismo. Isso não significa que toda a Floresta do Paru – e, analogamente, toda a área da Renca – têm potencial para mineração, explica a pesquisadora Lucia Travassos da Rosa Costa, chefe do Departamento de Geologia do Serviço Geológico do Brasil.

"A área não pode ser avaliada de forma homogênea. Existem grandes domínios que não têm maior interesse para a pesquisa mineral, em razão de suas características geológicas", diz.

O Serviço Geológico do Brasil estimou que, do total da área da Renca (46.450 km², equivalente à do Espírito Santo), cerca de 10.000 km² têm maior potencial para despertar interesse do setor mineral.

Nesse cálculo, ficam também de fora áreas de unidades de conservação integral e terras indígenas. Embora sejam vetadas à mineração pela atual legislação, existem projetos de lei em tramitação no Congresso para permitir a exploração em ambos os casos.

Costa afirmou que a parte da Terra Indígena (TI) Waiãpi (AP), que se estende para dentro da Renca e foi tema de reportagens recentes, não apresenta potencial destacável para pesquisa mineral, com base no conhecimento geológico que se tem hoje.

Por outro lado, a TI Paru d'Este (PA), tem, em comparação, maior potencial para pesquisa de ouro e outros metais, explica a geóloga.

Autora de uma tese de doutorado sobre a geologia da Renca, Costa diz que, apesar do potencial da região para a extração de ouro, já comprovado pela atividade garimpeira, a implementação de empreendimento mineiro na área dependeria ainda de mais estudos técnicos, além de licenciamento por órgãos ambientais, viabilidade econômica e infraestrutura logística, entre outros fatores.

GRANDES EMPRESAS

Isolados na floresta –muitos vivem sem eletricidade–, os garimpeiros receberam a notícia com preocupação, pois temem ser expulsos da região por empresas mineradoras.

"Quase nenhum garimpeiro sabe o que é a Renca. Um fala que é uma firma americana. Outro fala: não, isso é coisa do governo. Eles aceitam como ameaça", diz John Santana, 51, que trabalha buscando pepitas floresta adentro com um detector de metais.

"Pelo que a gente vê, os garimpeiros ficam fora [da Renca]", avalia a garimpeira Francisca Gonçalves, 54. "Se nós sairmos daqui, lá na rua [cidade] não tem trabalho, então a situação fica difícil."

Há 20 anos dentro da Flota do Paru, Chiquinha, como é conhecida, diz que, neste ano ganhou pela primeira vez mais dinheiro com castanha do que com ouro. Em volta de sua casa, feita de madeira, há plantações de milho, mandioca e feijão, além de pasto para os burros de carga.

Para Costa, a capacidade técnica e os investimentos exigidos para a extração do ouro em grandes profundidades inviabilizam o avanço da exploração por garimpeiros. Ela afirma que tem sido comum na Amazônia o interesse de empresas de mineração em áreas já exploradas pela atividade garimpeira.

A geóloga cita o caso da mineradora canadense Belo Sun, às margens do rio Xingu, em Altamira (PA), que prevê investimento inicial de US\$ 5 bilhões. Em abril, a Justiça suspendeu a licença de instalação por entender que não há estudos suficientes sobre o impacto do projetos em duas etnias indígenas da região.

Para o gestor da Flota do Paru, Joanísio Mesquita, a eventual expulsão dos garimpeiros pode gerar um "efeito cracolândia", espalhando-os para outras regiões da Calha Norte, a maior área contínua preservada do mundo.

"A questão ambiental na Amazônia é social", afirma Mesquita. "A gente só vai conseguir salvar onça e peixe-boi se conseguir dar uma resposta pra população."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: O forte ajuste da Petros para zerar seu déficit

Para cobrir um déficit acumulado de R\$ 27,7 bilhões e adequar-se aos cálculos atuariais para complementação de aposentadorias, a Petros, o fundo de seguridade dos funcionários da Petrobrás, aumentará a contribuição de associados, na ativa ou aposentados, pelo período de 18 anos.

O plano de ajuste aprovado pelo conselho deliberativo da Petros prevê também que a Petrobrás, como empresa patrocinadora, contribuirá com R\$ 13,7 bilhões adicionais (R\$ 1,5 bilhão já no primeiro ano). O plano ainda depende de aprovação do conselho de administração da empresa.

A Petros, como outros fundos de pensão de estatais, enfrenta situação crítica, provocada por operações temerárias – a maior delas é o investimento na Eldorado Celulose, do Grupo J&F – e perdas com aplicações que, afetadas pela recessão econômica, não geraram o retorno esperado.

Também decisões internas da empresa – como o programa de demissões incentivadas, que resultou na antecipação de aposentadorias e na mudança do perfil dos associados – prejudicaram os resultados da Petros. O conselho do fundo agiu com presteza e com o rigor exigido pela situação.

“Há muito a ser reavaliado na Petros”, afirmou seu presidente, Walter Mendes, “mas não dá para esperar todos os ajustes para equacionar o déficit.” Se aprovada pelo conselho de administração da Petrobrás e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, o plano deve entrar em vigor em dezembro, de modo a atender ao cronograma de regularização estabelecido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Mesmo sendo proporcional aos ganhos, o aumento imporá sacrifícios aos associados, principalmente os aposentados, que representam a maioria deles. Os aposentados que percebem R\$ 10 mil ou mais terão de pagar uma

contribuição de 19,2% do benefício. Para os funcionários da ativa na mesma condição, a alíquota passará a ser de 13,5% dos proventos.

Se as aplicações forem mais rentáveis nos próximos anos e os prejuízos forem reduzidos, as contribuições dos associados poderão começar a diminuir antes do prazo fixado. Mas, por enquanto, a diretoria do fundo não está contando com isso. O plano aprovado cobre o déficit de 2015 e evita que o rombo ressurgira nos exercícios seguintes. “Não queremos é que o déficit aumente”, disse Mendes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna

Título: Emissão de títulos rende US\$2 bi à Petrobrás

Companhia também aproveitou melhora de imagem para estender prazo de pagamentos

A Petrobrás aproveitou o bom momento do mercado financeiro e a melhora de imagem conquistada nos últimos meses para dar continuidade à mudança de perfil do seu endividamento. Ontem, realizou três operações que renderam US\$ 2 bilhões para o caixa e estenderam o prazo de pagamento de bônus que venceriam em 2019, 2020 e 2021. A empresa emitiu novos títulos com vencimentos em 2025 e 2028, pagando juros de 5,5% e 6%, respectivamente, no valor de US\$ 1 bilhão, cada, segundo informou o mercado.

Ainda fez duas operações de gerenciamento de ativos – a repactuação de cinco séries de títulos e a recompra de outras cinco séries. Nesse caso, os interessados têm até o dia 27 para se manifestar, disse a empresa em comunicado. A demanda pelos novos títulos superou as expectativas da petroleira e chegou a US\$ 9 bilhões. Segundo fonte da empresa, havia baixa concentração de vencimentos nos anos de 2025 e 2028. Com o lançamento de títulos, a Petrobrás buscou desconcentrar os prazos de pagamento e criou uma referência de juros para esses dois anos.

“A demanda foi boa, eu esperava que a oferta para 2028 saísse mais baixa, mas a de 2025 foi muito boa para a empresa, a de 2028 foi boa para o investidor”, avaliou Flavio Conde, consultor da Whatscall, dizendo que a empresa tem de correr para gerenciar sua dívida antes de maio de 2018, quando começa o período eleitoral. Além disso, o Banco Central americano, Federal Reserve, já avisou que vai reduzir a liquidez do mercado.

“Ela deve voltar (ao mercado) entre dezembro e janeiro, a demanda foi bem alta”, avaliou Conde. Apesar de não ter reconquistado o selo de boa pagadora concedido pelas agências de classificação de risco, a Petrobrás avalia que o momento é oportuno para emissões, por que o mercado já paga pelos seus títulos prêmios compatíveis com os das empresas mais bem avaliadas.

No dia 12, contratou financiamento de U\$ 847,5 milhões com o JP Morgan Chase Bank. No dia 6, emitiu Notas de Crédito à Exportação (NCE) para o Bradesco no valor de R\$ 1 bilhão. E, no dia 28 de agosto, emitiu R\$ 4,98 bilhões em debêntures. Ao analisar as operações de ontem, a Standard & Poor's (S&P), em relatório, destacou a melhora dos padrões de governança da Petrobrás após as investigações da Operação Lava Jato e o contínuo refinanciamento da dívida que permitiram à companhia alongar vencimentos “e manter uma sólida posição de caixa”.

A agência Fitch ressaltou que a Petrobrás dificilmente vai conseguir atingir a meta de alavancagem – que mede quanto do caixa está comprometido com pagamentos – de 2,5 vezes, estipulada para 2018. Um dos empecilhos seriam as liminares que dificultam a venda de ativos, dentro do plano de desinvestimento de US\$ 21 bilhões neste e no próximo ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Aneel determina que Eletrobrás devolva R\$ 3 bi a fundo

Estatual vai recorrer novamente da decisão na agência reguladora e, se perder, cogita entrar na Justiça

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) rejeitou recurso da Eletrobrás e manteve a determinação à empresa de ressarcir, no prazo de 90 dias, em R\$ 2,998 bilhões o fundo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), por supostas cobranças irregulares feitas nos últimos anos pela estatal para compra e distribuição de gás que abastecem usinas de sua controlada Amazonas Energia. No recurso, a estatal pediu suspensão da decisão, mas a agência resolveu não atender à solicitação.

A reação da companhia veio logo em seguida: em nota, informou que pode discutir na Justiça a decisão. “Ainda cabe à diretoria colegiada da Aneel avaliar a decisão, podendo até revertê-la. Caso não reverta, a Eletrobrás buscará as medidas judiciais cabíveis.” No mês passado, o diretor financeiro e de relações com investidores da Eletrobrás, Armando Casado, e o presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior, afirmaram que iriam recorrer da decisão da Aneel na

própria autarquia, solicitando o efeito suspensivo, e indicou que poderia buscar a esfera judicial, se necessário.

Segundo técnicos da Aneel, a Eletrobrás teria recebido os recursos indevidamente dos consumidores de todo o País, entre julho de 2009 e junho de 2016. Os valores cobrados estão atualizados até julho de 2017. Mas a empresa argumenta que não deve nada. Ao contrário, requer receber ainda R\$ 2 bilhões. “Não estamos considerando essa hipótese (de pagar os R\$ 3 bilhões). Temos o direito judicial. Existe uma decisão, que não é preliminar, é de primeira instância, só olhando para o elemento da diferença do gás, que reforça o procedimento dado pela Eletrobrás.

Não é uma coisa que estamos inventando”, disse Ferreira, na ocasião. A rejeição ao recurso da companhia foi publicada ontem no Diário Oficial da União. A decisão também prevê determinação à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que suspenda os desembolsos aos contratos de confissão de dívidas celebrados entre a Eletrobrás e a Amazonas Distribuidora de Energia.

A devolução dos valores pela Eletrobrás deverá resultar numa redução de repasses que os consumidores fazem todos os anos para cobrir encargos que financiam o fornecimento de energia elétrica para regiões isoladas e não conectadas à rede nacional de transmissão. A decisão da Aneel afeta ainda pagamentos de dívidas que a Amazonas Energia detinha com a Petrobrás, principal fornecedora de gás para a empresa.

LUCI RIBEIRO, ANDRÉ BORGES, LUCIANA COLLET E VINICIUS NEDER

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Após redução de dívida, Vale faz planos de expansão

Mineradora estuda ainda a possibilidade de investir em eletricidade, entrando na disputa por quatro usinas da Cemig

A mineradora Vale tem realizado estudos para definir uma nova estratégia de crescimento, que deverá ser colocada em prática assim que a companhia cumprir suas metas atuais de reduzir o endividamento para níveis confortáveis, disse ontem o diretor-geral de Recursos Humanos e Consultoria Geral da empresa, Clóvis Torres.

O executivo afirmou ainda que a Vale tem, em separado, avaliado a possibilidade de investir em negócios no setor de eletricidade, como uma

possível aquisição de concessões de hidrelétricas da estatal mineira Cemig que a União pretende colocar em leilão ainda neste mês, devido ao vencimento do prazo de exploração dos ativos.

Segundo Torres, a definição de como a Vale buscará garantir sua expansão nos próximos anos tem sido “o principal desafio” do novo presidente-executivo da companhia, Fabio Schvartsman. “Estamos aí numa retomada, cumprindo o que prometemos no nosso planejamento estratégico. Vamos cumprir o mais rápido possível, para chegar a níveis confortáveis de endividamento”, afirmou a jornalista, após participar de uma conferência do setor de mineração em Belo Horizonte.

“A partir daí, você tem que ter, sim, uma estratégia de crescimento definida. Para buscar aí, seja diversificação, seja fusões e aquisições, seja crescimento mesmo com novos projetos. Essa é a mudança que ele (Schvartsman) se propõe a colocar na mesa”, acrescentou, sem antecipar detalhes sobre os estudos. Em julho, Schvartsman disse que a meta da Vale de reduzir o endividamento para cerca de US\$ 15 bilhões deve ser atingida apenas durante 2018.

No fim do segundo trimestre, a dívida líquida da empresa estava em aproximadamente US\$ 22 bilhões. Energia. No setor elétrico, onde possui investimentos por meio da Aliança, uma joint venture com a mineira Cemig, a Vale tem interesse em disputar um leilão agendado para 27 de setembro, no qual a União oferecerá a investidores quatro hidrelétricas.

As usinas de Jaguará, Miranda, São Simão e Volta Grande somam 2,9 gigawatts em capacidade instalada de geração, e o governo quer arrecadar ao menos R\$ 11 bilhões com a cobrança de bônus de outorga junto aos vencedores da disputa pelos ativos, que pertenciam à Cemig antes do fim dos contratos de concessão. Segundo Torres, a Vale deverá utilizar a Aliança como veículo de investimento caso decida participar da disputa.

Ele disse, no entanto, que a decisão está condicionada a definições em torno de uma disputa jurídica pelos ativos que serão licitados – a Cemig tem buscado negociar um acordo com a União para manter as usinas, além de tentar derrubar ou suspender o leilão na Justiça. No momento, inclusive, a realização do leilão está suspensa devido a uma liminar, que a Advocacia-Geral da União tem tentado derrubar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara

Título: Caramuru aposta em usina de etanol de soja

Feito em parceria com a Finep, projeto é o 1º do tipo no País em escala comercial; investimento será de R\$ 115 milhões

Em 2012, quando a Caramuru Alimentos começou a produzir proteína concentrada de soja na fábrica de Sorriso, no Mato Grosso, a empresa deparou-se com um problema: o que fazer com o resíduo, o melaço de soja? “Era uma quantidade tão grande que poderia emperrar a fábrica”, lembra o vice-presidente, César Borges. De lá para cá, as 230 toneladas diárias de melaço têm sido aproveitadas para alimentação do gado e geração de energia.

Agora a empresa decidiu produzir etanol de soja a partir do melaço, um projeto pioneiro no País em escala industrial, diz Borges. O etanol hidratado pode ser usado como combustível para veículos e como matéria-prima na indústria química. O pontapé inicial para a fabricação de etanol de soja e de também de lecitina de soja de segunda geração, a partir do melaço, acaba de ser dado.

A Finep, empresa pública de fomento à tecnologia e inovação, liberou R\$ 40 milhões para a Caramuru tocar o projeto. É a primeira parcela de financiamento de R\$ 69 milhões para implementar a fábrica, que começa a funcionar em dois anos. O investimento total será de R\$115 milhões e a diferença – R\$ 46 milhões – são recursos da própria companhia.

A fábrica terá capacidade de 6,8 milhões de litros de etanol por ano e 3 mil toneladas de lecitina de soja. Deve gerar 60 empregos diretos e 200 indiretos. Quando a produção de etanol e lecitina de segunda geração estiver em pleno funcionamento, deve agregar R\$ 20 milhões por ano ao resultado da empresa. Em 2016, a companhia faturou R\$ 4 bilhões.

A previsão é atingir R\$ 4,2 bilhões este ano. Luis Felipe Maciel de Souza, gerente do departamento de Agronegócios e Biocombustíveis da Finep, diz que o projeto é inovador e que é a primeira vez que existe a possibilidade de chegar a produção de etanol de soja em escala comercial. Quanto ao custo do etanol de soja em relação ao de cana e de milho, o especialista diz que não é possível fazer comparações.

Souza explica que não seria viável uma produção de soja voltada para a extração do etanol. “Soja para etanol não é economicamente viável, mas como um subproduto, sim.” Ele diz que a cana é “imbatível” em relação a outros insumos na extração de etanol por causa da elevada concentração açúcar.

Tecnologia.

A tecnologia para produção de etanol de soja é nacional e foi desenvolvida pela engenheira química Paula Fernandes de Siqueira, que fundou o Intesco, um centro de tecnologia avançado em agronegócio. Ela licenciou a tecnologia para

a Caramuru, que terá autorização para explorar comercialmente a produção. Pelo uso, a Intecso recebeu um valor fixo que, por questões contratuais não é revelado.

A outra parte será sobre o desempenho da produção. O contrato não prevê exclusividade e a engenheira pode licenciar a tecnologia para outras empresas que produzem proteína concentrada e têm como subproduto o melaço. Hoje há duas empresas que poderiam produzir etanol de soja: a Incopa e Selecta. Procuradas, as empresas não deram retorno.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: Royalties dividem municípios produtores

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse ontem que espera lançar até o fim do ano a resolução sobre a redução das alíquotas de royalties para projetos de revitalização de campos maduros. A proposta conta com o apoio político de Macaé, base operacional da Bacia de Campos, mas enfrenta resistência entre seus vizinhos no Norte Fluminense, região que vem perdendo protagonismo na arrecadação das receitas oriundas da produção de óleo e gás.

Municípios como Campos dos Goytacazes, Quissamã e Carapebus, todos eles altamente dependentes das receitas do petróleo, mas que não possuem uma indústria de serviços de óleo e gás instalada, são mais cautelosos no debate sobre o assunto. Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, a discussão gerou um racha na Ompetro, a organização dos municípios produtores de petróleo, e isolou Macaé na defesa da proposta - que prevê uma redução, de 10% para até 5%, na alíquota aplicada sobre a produção incremental de óleo proporcionada pela revitalização de campos maduros.

Com incentivos aos investimentos, segundo Oddone, a ANP vê potencial para que o fator de recuperação (quantidade de óleo recuperável dentro de uma reserva) das áreas maduras da Bacia de Campos seja ampliado de 24% para 30%. A agência estima que, para cada ponto percentual a mais de aumento no fator, são gerados R\$ 16 bilhões a mais de royalties.

"Caso a caso a ANP vai discutir o percentual com o operador, com base num plano de desenvolvimento específico", explicou Oddone, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj) sobre o assunto.

A arrecadação dos municípios do Norte Fluminense tem sido fortemente afetada nos últimos anos, em parte devido ao declínio dos preços do barril no mercado internacional, em parte devido ao declínio da produção nos campos da Bacia de Campos. No primeiro semestre deste ano, os nove municípios da região arrecadaram R\$ 562 milhões em royalties e participação especial, queda de 60% em relação aos R\$ 1,43 bilhão arrecadados na primeira metade do ano de 2014 - números corrigidos pelo INPC, segundo dados do site especializado Info Royalties.

Além da arrecadação menor, Macaé contabiliza perdas no mercado de trabalho, em função da retração nas atividades da indústria de óleo e gás. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o município perdeu 33 mil postos de trabalho desde 2015. O prefeito da cidade, Aluizio dos Santos Júnior (PMDB), lançou campanha intitulada "Menos royalties, mais empregos".

O entendimento da indústria é de que, com a redução dos royalties, os investimentos na Bacia de Campos serão retomados e a economia local reaquerida. "Se não houver investimento, não haverá mais royalties para a Bacia de Campos", defendeu o prefeito, filiado ao PMDB.

Já o prefeito de Campos, Rafael Diniz (PPS), defende que a proposta precisa ser mais debatida. Ele pede uma solução que, sem reduzir arrecadação dos municípios, possa garantir a atração de mais investimentos. Hoje, um terço do orçamento de Campos, de R\$ 1,6 bilhão, vem dos royalties e da participação especial. "É um tema sensível que não pode ser debatido de uma hora para outra, sobretudo nesse momento de crise, em que já houve queda acentuada na arrecadação", afirma Diniz.

Sem contar com uma indústria fornecedora de bens e serviços, como Macaé, os demais municípios do Norte Fluminense questionam se a redução da alíquota não poderia ser menor. "A realidade de Macaé é diferente da de outros municípios", disse Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã, cidade de 20 mil habitantes, um dos vários municípios emancipados de Macaé e Campos ao longo dos últimos 30 anos na região e que tem um terço de seu orçamento (de R\$ 165 milhões) oriundo dos royalties.

Antes as principais rotas dos recursos dos royalties, Campos e Macaé, ambos do Norte Fluminense, perdendo o posto de cidades que mais recebem recursos de royalties e participações especiais no Estado para Maricá e Niterói. Essa mudança de rota na distribuição dos royalties simboliza a importância maior que o pré-sal da Bacia de Santos vem ganhando sobre a produção nacional. Antes a maior produtora do país, a Bacia de Campos foi ultrapassada por Santos, pela primeira vez, em julho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Sergio Lamucci | De São Paulo****Título: Privatizar requer cuidado com competição**

Num momento em que o governo brasileiro prepara um ambicioso programa de privatizações, o economista sueco Stefan Fölster destaca a importância de se buscar o aumento da competição quando se vendem empresas estatais. Diretor-executivo do centro de estudos Reform Institute, de Estocolmo, Fölster sugere ao Brasil a criação de um fundo de riqueza nacional (FRN), para gerir de forma profissional o que chama de ativos públicos comerciais - além de estatais, o conceito engloba bens sob o controle do Estado que podem gerar retorno, como imóveis.

Para ele, o fundo poderia conduzir o processo de privatização por aqui, como ocorre em alguns dos países que adotam esse modelo para gerir ativos públicos, como já fez a Áustria. No caso do Brasil, Fölster vê espaço tanto para algumas vendas de estatais no curto prazo, que não passariam antes pelo FRN, como para privatizações realizadas pelo fundo. "Quando se privatiza, é preciso pensar com cuidado para que haja mais competição", diz Fölster, que deixa claro não ser um inimigo da desestatização. "Ao contrário", afirma ele, que, no entanto, acrescenta: "Privatizar sem aumentar a competição frequentemente não funciona muito bem".

Fölster é um dos autores do livro "A Riqueza Pública das Nações", escrito com Dag Detter, publicado no Brasil em 2016. Na obra, eles dizem que os governos têm um grande volume de riqueza negligenciada, os chamados ativos comerciais públicos, que podem gerar retorno - museus e parques nacionais ficam fora da classificação.

"Nossa avaliação é que, em todos os países onde há uma luta para reduzir a corrupção e o clientelismo, um fundo de riqueza nacional é a melhor instituição para ajudar", diz Fölster. Segundo ele, o conselho deve ser formado em sua maioria por profissionais, podendo incluir "figuras internacionalmente conhecidas", que possam funcionar como alerta. A ideia é isolar o FRN da política do dia a dia, para tentar evitar escândalos como os ocorridos na Petrobras e outras estatais brasileiras e também medidas clientelistas. Nesse segundo caso, ele inclui iniciativas como o controle dos preços do combustível ordenado pela ex-presidente Dilma Rousseff, que proibiu por um longo período a Petrobras de reajustar a gasolina.

Fölster veio ao Brasil para participar de um seminário promovido pelo Instituto Teotônio Vilela (ITV), do PSDB, e pela Fundação Astrogildo Pereira (FAP), do PPS, na semana passada. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *Como os governos em geral tratam os ativos públicos?*

Stefan Fölster: Nenhum governo do mundo tem um quadro muito claro do que de fato possui. Isso torna a situação bem menos transparente. Para o cidadão, é muito mais difícil avaliar se o governo está fazendo um bom trabalho administrando esses ativos. Mas também é um problema porque muitas oportunidades de criar valor são perdidas. E talvez a questão mais importante é que a falta de transparência significa que há muitas oportunidades para corrupção que são impossíveis para um cidadão para ver. E há o que eu chamo de clientelismo.

Valor: *Quando políticos indicam pessoas para empresas estatais?*

Fölster: Sim, mas às vezes é algo menos pessoal. O governo de Dilma Rousseff instruiu a Petrobras a manter baixos os preços da gasolina. Eu vejo isso como uma espécie de clientelismo.

Valor: *Como esses ativos públicos "escondidos" podem ajudar países emergentes e desenvolvidos a lidar com os problemas fiscais e estimular o crescimento?*

Fölster: Nós estimamos que a riqueza pública tenha aproximadamente o mesmo tamanho do PIB global, algo entre US\$ 70 bilhões a US\$ 80 trilhões. Nós focamos apenas em ativos públicos comerciais, aqueles que podem gerar retornos, não falando em parques nacionais ou museus. Se o retorno sobre ativos públicos fosse mais próximo do que os melhores obtêm, os países poderiam provavelmente dobrar os seus investimentos em infraestrutura. Há também efeitos financeiros indiretos. Se um país tem uma melhor contabilidade de seus ativos públicos, é mais fácil os emprestadores avaliarem a qualidade do crédito. Com isso, ele provavelmente será capaz de tomar dinheiro emprestado a juros mais baixos. Há cerca de 20 países que introduziram o que nós chamamos de fundos de riqueza nacional, em que profissionais podem administrar estatais um pouco distantes da política do dia a dia.

Valor: *Quais países têm esses fundos?*

Fölster: Cingapura e Malásia, por exemplo. A Áustria tem um fundo há décadas, que tem funcionado bem. A Finlândia introduziu o seu mais recentemente, em 2008. E há também exemplos menores, como de cidades que têm algo como fundos de riqueza urbana, como a minha cidade, Estocolmo, que caminhou nessa direção.

Valor: *Por que o fundo de riqueza nacional é a melhor forma de administrar ativos públicos?*

Fölster: Primeiro, deixe-me dizer que esses fundos não são perfeitos. Nos países que os adotaram, há um cabo de guerra constante a respeito de qual o grau de independência política. Mas em sua maior parte eles parecem funcionar melhor que a alternativa de administração de empresas estatais por ministros, por exemplo. A nossa avaliação é que, em todos os países onde há uma luta para reduzir a corrupção e o clientelismo, um fundo de riqueza nacional é uma instituição melhor para ajudar. O modo de fazer isso é formar uma controladora [holding], assegurar que o conselho tenha profissionais suficientes, com alguns políticos talvez, mas também algumas figuras internacionalmente conhecidas, que possam funcionar como alerta. Já no caso das pessoas que forem empregadas pelo fundo, elas não devem ser especialistas em finanças como em fundos soberanos, mas ter um perfil mais como os de especialistas em indústria, como de fundos de "venture capital", que sejam bons em ver oportunidades de criação de valor.

Valor: *É correto dizer que o FRN é uma terceira via entre manter uma empresa estatal ou privatizá-la?*

Fölster: Acho que algumas pessoas classificariam desse modo. Eu diria que, para qualquer coisa que o país decida que deve continuar como propriedade do Estado, um fundo de riqueza nacional é a melhor maneira de fazer a gestão. Além disso, se um país também decide que quer privatizar mais, também é bom deixar o fundo de riqueza nacional fazer isso. No processo de privatização, há muitas oportunidades de corrupção. Frequentemente um fundo de riqueza nacional pode fazer isso de modo mais profissional. E é politicamente muito mais fácil. Nos últimos 30 anos, o fundo austríaco vendeu algumas empresas estatais quando o momento era apropriado, ganhando dinheiro que foi repassado ao governo.

Valor: *O sr. tem uma estimativa do tamanho dos ativos públicos no Brasil?*

Fölster: A riqueza pública ainda é muito grande no Brasil. Mas eu não tenho um número exato. Muita coisa pertence aos governos locais.

Valor: *Uma melhor administração dos ativos públicos pode ajudar o Brasil a enfrentar no curto prazo o problema fiscal e as necessidades de infraestrutura ou é algo que teria um impacto mais forte no médio e longo prazo?*

Fölster: Há um efeito de curto prazo. Se o Brasil se mover para um fundo de riqueza nacional, isso melhoraria a confiança no governo e poderia melhorar a qualidade do crédito e a confiança dos investidores. Ao mesmo tempo, o canal

de melhorar a governança, de ter empresas mais eficientes, levaria anos. Para a maior parte dos países, nós defendemos que haja um fundo de riqueza nacional, mas o Brasil é tão grande e tão variado que acho que há argumentos para dividir algumas coisas. É possível pensar em fundos de riqueza regional.

Valor: *Porque muitas estatais e ativos pertencem a Estados e municípios?*

Fölster: Sim. E também porque uma empresa como a Petrobras é tão grande que pode ser um problema em si mesma. Deve-se começar com um fundo de riqueza nacional, dando instruções a ele para examinar o tamanho das empresas. Algumas dessas companhias talvez devam ser separadas, por serem muito grandes.

Valor: *O sr. obviamente sabe dos grandes escândalos de corrupção envolvendo empresas estatais como a Petrobras. Esse tipo de problema seria evitado com um FRN?*

Fölster: O fundo é a melhor receita disponível, mas não é uma bala de prata. Mesmo o FRN se tornar corrupto. É apenas um instrumento na caixa de ferramentas. Igualmente importante é a transparência, por exemplo.

Valor: *O governo brasileiro anunciou um programa ambicioso de privatizações, em parte porque o país está numa situação fiscal delicada. Como o sr. analisa a privatização em si e também nesse quadro?*

Fölster: Acho que um fundo de riqueza nacional deve ser criado, uma empresa com Eletrobras, por exemplo, deve passar ao fundo e o fundo deve comandar a privatização. E há tanta riqueza pública comercial no Brasil que dá para fazer os dois. É possível vender empresas no curto prazo e ainda ter o suficiente para o fundo no longo prazo. E há uma regra importante a ser definida. A receita obtida não pode ser usada para o consumo público. O dinheiro só deve ser usado para reduzir a dívida líquida ou para bancar novos investimentos públicos.

Valor: *O sr. lembrou que Dilma impediu a Petrobras de aumentar os preços da gasolina. Como avalia esse tipo de iniciativa?*

Fölster: Muita gente acha que empresas estatais são estatais não apenas para gerar lucros, mas também para perseguir objetivos sociais e públicos. Com isso, avaliam que é bom que sejam estatais. Mas, o que nós vemos é que governos frequentemente mandam as companhias tomar medidas que são boas para os seus eleitores ou para quem os apoie. Com isso, as coisas não ficam muito transparentes e ninguém sabe qual é o custo dessas medidas. O que nós defendemos é que os fundos de riqueza nacional tenham uma diretiva muito

simples - maximizar os retornos. Se o governo quer perseguir um objetivo social ou público, deve pagar a estatal por esse serviço.

Valor: *O sr. não é então um inimigo de privatizações.*

Fölster: Ao contrário. Mas, tendo dito isso, há vários exemplos de que privatizações foram mal feitas, sem aumentar a competição. Quando se privatiza, é preciso pensar com cuidado para que haja mais competição. Privatizar sem aumentar a competição frequentemente não funciona muito bem.

Valor: *Qual deve ser a ênfase do Brasil em relação a suas estatais?*

Fölster: Eu gostaria de ver um foco adicional na qualidade da governança. Assim que possível, introduzir um fundo de riqueza nacional, colocar os ativos lá e deixar o fundo ajudar na privatização. No caso daquelas em que o mercado não estiver pronto e os preços estiverem baixos, pode se colocar no fundo, para que ele as venda quando chegar o momento adequado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Novos parques da Enel

O grupo energético italiano Enel iniciou a operação de dois parques de geração de energia solar fotovoltaica, totalizando 546 megawatts (MW) de capacidade, informou ontem a companhia. Os projetos são Ituverava (254 MW), na Bahia, e Nova Olinda (292 MW), no Piauí. Segundo a Enel, os dois empreendimentos são os maiores parques solares em operação na América do Sul atualmente. Juntos, os dois projetos demandaram investimentos de US\$ 700 milhões (o equivalente a cerca de R\$ 2,2 bilhões). O grupo Enel possui hoje 716 MW de energia solar no Brasil. O parque gerador total da companhia instalado no país é de 2.276 MW.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza e José Antônio Bicalho | De Belo Horizonte

Título: Governo federal vai insistir na abertura da Renca

O governo federal não desistiu da polêmica medida que libera para a mineração uma grande área entre os Estados do Pará e do Amapá, de tamanho equivalente

ao Espírito Santo, em plena floresta amazônica. Anunciada há algumas semanas, a abertura da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) suscitou uma onda de protestos de ambientalistas e artistas que inundou as redes sociais. O argumento central dos críticos é que a medida coloca em risco a biodiversidade amazônica e populações indígenas. O governo refez o projeto e depois acabou recuando. O tema virou assunto da Justiça.

"A pauta está viva", disse o secretário de Geologia do Ministério das Minas e Energia, Vicente Lôbo. "Só que você está num processo de judicialização que está impedido até que se tenha um assentimento jurídico para decidir o caso. Agora, a pauta está viva", disse a jornalistas, após ter participado de um debate no 17º Congresso Brasileiro de Mineração, que acontece até quinta-feira, em Belo Horizonte.

Lôbo admitiu que houve falta de habilidade por parte do governo federal ao tratar do tema. Ao contrário das críticas, não haveria por parte do Executivo intenção de pôr em risco o meio ambiente e indígenas, mas isso não teria ficado claro.

A oferta da área para as mineradoras faz parte de pacote de medidas que o governo Michel Temer tem para o setor

"Nós nunca colocamos que vai ser feito um desmatamento coletivo [generalizado] do tamanho da Dinamarca [cuja área é comparável à da Renca]", afirmou Lôbo. "A possibilidade de se minerar é 20% da área que foi colocada."

Lôbo não detalhou os passos que deverão ser dados pelo governo para que o assunto de fato volte à baila. No ministério, no entanto, fala-se em um processo de audiências públicas que ainda precisariam ser agendadas.

A oferta da área para as mineradoras faz parte de um pacote de medidas que o governo Michel Temer vem preparando nos últimos meses com o intuito de ampliar investimentos e a produção mineral no país.

"Hoje há mais de 20 mil processos minerários em situação de disponibilidade", disse o secretário do MME antes de tratar sobre a Renca com jornalistas. Para uma plateia de empresários e executivos do setor de mineração, Lôbo afirmou que as áreas referentes a esses 20 mil processos "deverão ser ofertadas brevemente por meio de uma sistemática clara".

Lôbo defendeu as três Medidas Provisórias (MP) de julho que tratam de mudanças no setor: criação da Agência Nacional de Mineração, mudanças no Código de Mineração e aumento dos valores pagos pelas mineradoras a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

Ontem, executivos do setor demonstraram estar unidos nas críticas ao aumento da cobrança.

"Num momento em que a gente está buscando competitividade, que é difícil concorrer com os australianos, nós temos aumento de custo" queixou-se o diretor executivo da Vale, Clóvis Torres Júnior, sobre o reajuste da Cfem.

"Passamos seis anos cortando custo e estamos vendo hoje que o governo trouxe mais custos, e sem nenhum tipo de incentivo a investimentos."

O tema também foi alvo de críticas de Tito Martins, CEO da Votorantim Metais. "O Brasil está perdendo investimento para Guiné pelo fato de ser excessivamente regulado", disse ele.

"Este é o fator inesperado, que traz impacto imediato nos orçamentos das empresas. Vem de encontro à previsibilidade e segurança jurídica defendidas pelo próprio governo", disse Otávio Carnevali, CEO da Alcoa, também sobre a Cfem. "O Congresso vai discutir [a aprovação da MP] nas próximas semanas e esperamos que esse processo leve a uma legislação que traga competitividade e não aumento de custos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza e José Antônio Bicalho | De Belo Horizonte

Título: Vale admite disputar sozinha as usinas da Cemig

A Vale poderá participar diretamente do leilão das três usinas da Cemig - Miranda, São Simão e Jaguará, previsto para acontecer dia 27 deste mês -, conforme disse ontem o diretor-executivo da mineradora, Clovis Torres Júnior. Até então, a Vale admitia apenas o interesse em participar indiretamente do leilão, por meio da Aliança, joint-venture entre a mineradora (55%) e a própria Cemig (45%).

"Somos grandes consumidores e autoprodutores e temos interesse de investir nesse setor, seja através da Aliança ou diretamente. Nesse momento, nosso interesse é (participar do leilão) através da Aliança, mas desde que haja segurança jurídica", disse Torres, que participou da abertura do 17º Congresso Brasileiro de Mineração, que acontece em Belo Horizonte até a próxima quinta-feira.

Segundo Torres, a insegurança jurídica está centrada no Tribunal de Contas da União (TCU), que ainda poderá rever sua posição sobre a participação da Cemig no leilão e sobre o pleito da estatal mineira de energia de renovar suas concessões por um acordo com o governo. "A Cemig insiste em um acordo, para

que possa comprar novamente e renovar suas concessões. Isso o TCU nega. Essa posição do executivo precisa estar pacificada para que a gente possa ver qual é o caminho a seguir", afirmou.

Torres também disse que a participação da Vale no leilão dependerá da análise do balanço "para que estejamos com uma estrutura confortável de endividamento".

A Cemig trava uma disputa pelas usinas com o Governo Federal desde 2012. A empresa alega ter direito à renovação automática dos contratos de concessão e, por isso, não aderiu ao programa de renovação antecipada da concessão previsto pela Medida Provisória 579, editada no governo Dilma Rousseff e depois convertida em lei.

Apesar da briga jurídica, o presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga, já afirmou que a empresa participará do leilão, caso aconteça, diretamente ou em parceria com outras empresas. A estatal mineira, porém, enfrenta o problema de alto endividamento, de R\$ 12,5 bilhões, e perfil curto dos vencimentos. Cerca de metade da dívida está prevista para vencer em 2018.

As três usinas estão entre as maiores operadas pela Cemig. A hidrelétrica de Jaguará, no município de Rifânia (MG), tem potência instalada de 424 megawatts (MW). Miranda, em Indianópolis (MG), tem capacidade é de 408 MW. E São Simão é a maior hidrelétrica da Cemig, com capacidade de 1.710 MW, localizada entre os municípios de Santa Vitória (MG) e São Simão (GO). Além destas, também está previsto o leilão da usina da Cemig de Volta Grande, em Miguelópolis (SP), com 380 MW de potência.

A expectativa do governo federal é arrecadar ao menos R\$ 11 bilhões com a outorga das quatro usinas e conta com isso para ajustar as contas ainda de 2017. Deste montante, pouco mais de R\$ 1 bilhão precisará ser repassado à Cemig como compensação de investimentos ainda não inteiramente amortizados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Elétrica tenta invalidar decisão do TCU sobre leilão

O presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga, se reuniu ontem com Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na tentativa de convencer o magistrado a suspender os efeitos da decisão do Tribunal de Contas da União

(TCU) que inviabilizou as negociações mantidas com a União sobre o futuro de quatro usinas do grupo mineiro.

O pleito da companhia foi formalizado com o mandado de segurança protocolado no tribunal na quinta-feira. No documento, a empresa também requer a suspensão do leilão das usinas, marcado para o dia 27.

Alvarenga foi à suprema corte acompanhado do diretor jurídico da Cemig, Luciano Ferraz. O encontro entrou na agenda de compromissos oficiais de Toffoli, que é o relator do processo. O ministro chegou a pautar o julgamento do caso para o dia 22 de agosto, mas suspendeu a tomada de decisão justamente por causa das tratativas mantidas entre as partes na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

Para o TCU, o governo federal não poderia conduzir o processo de licitação das quatro usinas enquanto negocia a prorrogação de contratos desses mesmos empreendimentos. O órgão fiscalizador considera que, entre os efeitos negativos, está a possibilidade de perda de interesse dos investidores pelos ativos devido às incertezas em torno da contratação.

Diante da decisão do tribunal, a Advocacia-Geral da União (AGU) enviou ofício à Cemig informando sobre a suspensão das negociações e, na sexta-feira, solicitou ao STF que retome o julgamento de mérito do caso. Se assim ocorrer, a tendência é que a decisão seja favorável à União que poderá obter a posse definitiva das usinas.

No pedido de liminar em que tenta tornar sem efeito a decisão do TCU, a Cemig considerou "infundada a afirmação de que a negociação colocaria em risco o processo licitatório". A companhia alegou que ficou demonstrado o "desconhecimento pelo TCU dos termos da conciliação" em curso.

Ainda no mandado de segurança, a Cemig defendeu que caberia somente ao Toffoli decidir sobre a continuidade das negociações com a União em paralelo ao cumprimento do cronograma da licitação. E relata que o tribunal tomou sua posição "ao arrepio da lei".

Enquanto tenta conter com as incertezas no STF, a AGU insiste em derrubar no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a liminar que suspende o leilão das hidrelétricas. A decisão foi tomada em agosto pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Eletrobras sofre mais uma derrota na Aneel**

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, negou recurso movido pela Eletrobras contra a determinação de ressarcimento, pela estatal, de R\$ 3 bilhões ao fundo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), utilizada para a aquisição de combustível para geração termelétrica no Norte do país. A devolução é relativa à Amazonas Distribuidora de Energia, a mais problemática das seis distribuidoras da estatal.

Em despacho publicado ontem no Diário Oficial da União, o diretor-geral negou o pedido de efeito suspensivo apresentado pela Eletrobras com relação à decisão da superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Aneel que determinou a devolução da quantia pela estatal. Na decisão, Rufino disse que não se encontraram presentes no pedido da Eletrobras "os requisitos ensejadores da suspensividade".

Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras informou que, caso a diretoria da Aneel não reverta a decisão, a companhia deverá recorrer à Justiça. "Ainda cabe à diretoria colegiada da Aneel avaliar a decisão, podendo até revertê-la. Caso não reverta, a Eletrobras buscará as medidas judiciais cabíveis", informou a empresa, em nota.

No entendimento da Eletrobras, a companhia é, na verdade, credora e tem a receber R\$ 2 bilhões do fundo da CCC.

Segundo Tiago Correia diretor da Aneel, a Eletrobras apresentou os números agregados relativos ao uso de combustíveis para geração térmica no Amazonas. A agência, porém, quer que sejam apresentados números por usina. "Medição agregada não serve", disse o diretor, em recente evento, no Rio de Janeiro. "A Eletrobras tem dificuldade em mostrar os números."

A Eletrobras precisa resolver o processo da CCC na Aneel para concluir a negociação da parte da dívida com a Petrobras, fornecedora dos combustíveis, que não é coberta pelo fundo. O valor total da dívida é de R\$ 16,7 bilhões. Desse total, R\$ 10,1 bilhões já foram objeto de dois contratos para repactuação de dívida entre as duas companhias. Os R\$ 6,6 bilhões restantes estão em negociação. E é em relação a essa cifra que a Eletrobras busca preencher parte com recursos da CCC.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Minério de ferro cai

O minério de ferro caiu ontem pela terceira vez consecutiva no mercado à vista chinês, com temores da desaceleração da economia chinesa e do aumento da oferta da commodity no mundo. Os preços do produto com pureza de 62% entregue no porto de Qingdao recuaram 0,5%, para US\$ 71,76 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O insumo acumula uma queda de 9% durante 2017, praticamente a mesma desvalorização observada em setembro, que é de 9,1%. No terceiro trimestre até agora, a cotação média chega a US\$ 72,45, 15% acima do valor de abril a junho e uma alta de 24,2% na comparação anual.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Finanças**Autor:** Álvaro Campos | De São Paulo**Título:** Petrobras capta mais US\$ 2 bi em bônus

A Petrobras aproveitou o momento favorável nos mercados e fechou mais uma emissão externa ontem. Em meio à ampla liquidez global e queda nos prêmios de risco do Brasil, a empresa captou US\$ 2 bilhões em bônus para 2025 e 2028, sendo US\$ 1 bilhão em cada vencimento. A demanda, segundo fontes que acompanharam a operação, teria se aproximado dos US\$ 10 bilhões.

A captação - liderada por Bank of America Merrill Lynch (BofA), BB Securities, Citi, Credit Agricole, HSBC, J.P. Morgan e Santander - está casada com uma oferta de troca voltada a detentores de cinco séries de títulos com prazos de vencimentos em 2019, 2020 e 2021. A Petrobras oferece ainda a possibilidade de recompra dos papéis em circulação no mercado aos investidores que não aderiram à nova oferta para repactuação.

A nova emissão, feita por meio da subsidiária Petrobras Global Finance (PGF), saiu com retorno para o investidor ("yield", no jargão do mercado) de 5,3% ao ano no vencimento de 2025 e de 6% no bônus para 2028.

Segundo o **Valor** apurou, a demanda foi liderada por investidores institucionais dos Estados Unidos e também da Europa, mas a operação também atraiu interesse significativo de private banks, que administram recursos de investidores individuais e famílias endinheiradas, inclusive brasileiros. E o

retorno pago ficou basicamente em linha com as taxas dos papéis da empresa negociados no mercado secundário de prazo médio semelhante.

Em maio, quando a Petrobras levantou US\$ 4 bilhões no mercado externo, a demanda pelos papéis da companhia chegou a quase US\$ 20 bilhões. Na ocasião foram emitidos bônus denominados em dólar e em euro para 2022, 2027 e 2044. A emissão de dez anos, por exemplo, saiu com um retorno de 6% ao ano, taxa que já caiu para 5,8% no mercado secundário.

Interlocutores apontam que, apesar de não ter pressões de financiamento, a Petrobras está aproveitando a janela para melhorar o perfil de sua dívida. A operação, segundo informou a petrolífera ontem, servirá para financiar o pré-pagamento de dívidas existentes assim como vem acompanhada de uma oferta de troca de títulos antigos por papéis mais com vencimento mais longo.

A S&P Global atribuiu rating 'BB-' à emissão da Petrobras. Apesar de dizer que não espera mudanças no índice de endividamento líquido da empresa com as recompras também anunciadas, a agência ressaltou que a nota reflete a melhora na posição de liquidez e padrões de governança após as investigações de corrupção da Lava-Jato, bem como o contínuo refinanciamento de suas obrigações, o que permitiu à empresa alongar seus vencimentos de dívida e manter uma sólida posição de caixa.

Para a S&P, uma elevação dos ratings da Petrobras só será possível com um índice de dívida líquida ajustada sobre Ebitda consistentemente na faixa entre 3 vezes e 3,5 vezes, geração interna de caixa sobre dívida líquida entre 20% e 25%, além de fluxo de caixa operacional livre sobre dívida líquida de 10% a 15%.

Já a Fitch, que atribuiu nota 'BB' à emissão, aponta que a venda de ativos é um fator fundamental para o plano de redução da alavancagem da Petrobras. Na avaliação da agência, é improvável que a companhia alcance sua meta de alavancagem líquida de 2,5 vezes até 2018.

O cenário-base da agência para a Petrobras assume que sua alavancagem, medida pelo índice dívida líquida/Ebitda, será de cerca de 4 vezes no médio prazo e diminuirá para aproximadamente 3 vezes, contanto que todo o programa de alienação de ativos seja concluído. Em 30 de junho de 2017, a alavancagem bruta da companhia era de 4,1 vezes e sua alavancagem líquida havia diminuído para 3,2 vezes.

Com o dólar preso entre R\$ 3,10 e R\$ 3,15 nos últimos meses e a percepção de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e o Banco Central Europeu (BCE) ainda serão graduais na normalização das condições monetárias nas grandes economias desenvolvidas, emissores emergentes têm aproveitado

a liquidez no mundo para captar recursos a custos bastante competitivos. Conforme informou o **Valor** nesta segunda-feira (18), os bônus de empresas brasileiras já estão sendo negociados no mercado secundário internacional com taxas do período em que o Brasil ainda detinha o selo de grau de investimento.

Ontem, o prêmio de risco do Brasil medido pelo Credit Swap Default (CDS), espécie de proteção contra calote, caiu a 178 pontos-base, de acordo com dados da Markit, o menor nível desde 5 de dezembro de 2014, quando marcou 165 pontos. Além do ambiente externo favorável, na cena local, a percepção de que o presidente Michel Temer deve sobreviver à segunda denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR) e que o governo ainda teria força para avançar com algumas reformas, além dos sinais de retomada da economia, dão suporte para os ativos.

MME / ASCOM .